

Governo exorbita funções de gestão e oferece garantias ao «comprador» da TAP

O Governo continua a tentar consumir a oferta da TAP a David Neelman, tendo aprovado ontem, 22 de Outubro, uma Resolução em Conselho de Ministros sobre as acrescidas garantias públicas a fornecer aos «compradores» da TAP. A necessidade de aprovar esta nova resolução indicia claramente que o processo de privatização está a enfrentar dificuldades, nomeadamente as provocadas pela falta de capital dos putativos «compradores». Revela igualmente que a Coligação PSD/CDS, tendo percebido que não conseguirá formar um governo na plenitude das suas funções, porque para tal não teve os votos suficientes a 4 de Outubro, não hesita em exorbitar os poderes de um Governo de gestão, como acontece com esta resolução que tem o potencial de comprometer a República em mais de 500 milhões de euros.

O PCP exigiu que fossem imediatamente tornados públicos todos os verdadeiros contornos do processo ontem aprovado em Conselho de Ministros, considerando manifestamente insuficiente o envio futuro da documentação para o Tribunal de Contas depois de consumada a privatização, envio a que o Governo está obrigado legalmente. As autópsias realizadas pelo Tribunal de Contas aos processos de privatização, se bem que tenham a inegável vantagem de tornar públicos à posteriori alguns dos desmandos cometidos, como aconteceu recentemente com a Auditoria à Privatização da REN e da EDP, que revelou perdas para o erário público superiores a mil milhões de euros, não anulam as dramáticas consequências desses processos para o país.

Apesar da linguagem cifrada intencionalmente utilizada no Comunicado do Conselho de Ministros de ontem, fica a clara ideia de que o Governo ofereceu garantias públicas alargadas ao «comprador» da TAP e à banca, garantias que além de poderem comprometer o país a curto ou médio prazo, traduzem o reconhecimento pelo Governo dos riscos que esta privatização acarreta para a TAP, na medida em que o próprio Governo admite explicitamente, e pela primeira vez, que os capitalistas a quem agora oferece a TAP podem amanhã, depois de retirarem do TAP tudo o que lhes interessa, abandoná-la e «devolvê-la» ao Estado para que este assumira os custos com o processo de insolvência.

Ou seja, fica hoje mais claro que o Governo diz estar a «vender» a TAP mas em vez de exigir garantias ao «comprador» oferece-lhe garantias acrescidas e mantém a dívida, em termos reais, no Estado. O PCP exigiu que fossem tornadas públicas todas as garantias que o Governo decidiu oferecer ou alargar em nome do Estado Português.

O PCP reafirma que existem hoje condições na Assembleia da República para anular imediatamente o processo de privatização da TAP, e reafirma que apresentará nos próximos dias um projecto-lei nesse sentido. O facto de o Presidente da República tudo fazer para manter o Governo PSD/CDS em gestão não altera a realidade de que estes partidos perderam a maioria absoluta na Assembleia da República e que existe hoje uma maioria formalmente comprometida com a anulação do processo de privatização da TAP.

O PCP apela aos trabalhadores das empresas do Grupo TAP para reforçarem a unidade e luta contra esta privatização, que ameaça com cada vez mais clareza o futuro imediato destas empresas.

Junta a tua à nossa voz: organiza-te!